

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, o estado de Santa Catarina perdeu, no último sábado, o nosso secretário de Assistência Social, João José Cândido.

Por tudo que ele representou para o Brasil e para Santa Catarina, gostaria de pedir a v.exa. e a esta Casa um minuto de silêncio, em memória, em respeito ao trabalho e à atuação do nosso ex-secretário de Assistência Social, João José Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Ismael dos Santos, já constava da pauta fazermos um minuto de silêncio não só para o secretário João José Cândido da Silva, mas também para o desembargador aposentado, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, João Eduardo Souza Varella.

Os dois tiveram o seu falecimento recente. Sendo a primeira sessão ordinária após o falecimento, solicito a todos os senhores deputados e senhoras deputadas que, de pé, façamos um minuto de silêncio em homenagem a tudo que eles fizeram por Santa Catarina.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Obrigado a todos os srs. parlamentares.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Atendendo ao apelo de v.exa. na última semana sobre indicações de nomes para as comissões, sr. presidente, também anuncio que no almoço do Partido dos Trabalhadores, nesta terça-feira, fizemos uma votação para que o novo líder assumisse.

Assim, o deputado Neodi Saretta agora será o líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores durante todo este ano de 2014. O deputado líder Neodi Saretta fará então encaminhamento à Presidência, conforme deliberamos na referida reunião, dos nomes que vão compor as comissões desta Casa.

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito bem! Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Da mesma forma queremos cumprimentar o deputado Neodi Saretta pela nova função e desejar todo o sucesso, porque capacidade todos nós sabemos que ele tem para liderar a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc, na última quarta-feira ocupei esta tribuna para falar sobre o meu posicionamento e a forma como eu entendo de que houve um encaminhamento inadequado em relação ao aumento do IPTU e ITBI em Florianópolis, o que ensejou uma ação judicial de várias entidades representativas da sociedade.

Pois bem, na mesma semana, na quinta-feira passada, fui alvo de ataque pessoal. Ficou estampado em todos os jornais de Santa Catarina que eu era devedor de IPTU em São José e que já estava inscrito em dívida ativa.

Eu não faço política fazendo ataques pessoais, eu faço política discutindo as ideias e apontando aquilo que é feito de forma equivocada, como foi o caso do aumento do ITDI e aumento do IPTU. E em função disso, na sexta-feira, os jornais abriram espaço para que eu pudesse esclarecer aos catarinenses o que de fato aconteceu. E trago aqui a certidão do registro de imóveis para mostrar aos catarinenses que o imóvel onde consta de forma equivocada o meu nome como devedor já não me pertence mais há alguns anos. Já está escriturado em nome de outra pessoa.

Em função disso, distribuí uma nota oficial que vou me permitir ler.

"Diante das acusações divulgadas em alguns veículos de comunicação, nesta sexta-feira, dia 7, a partir de informações repassadas por assessores do prefeito Cesar Souza, esclareço e registro que meu pronunciamento na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na última quarta-feira, sobre o aumento do IPTU e as críticas efetuadas não são de cunho pessoal e sim em prol da sociedade, em defesa de entidades sérias que buscam acima de tudo o diálogo. Dessa forma cumpro com o meu papel como parlamentar, fiscalizando, defendendo e representando os interesses da sociedade.

Registro ainda que tenha profundo respeito pelo prefeito da capital e que a minha posição não

é contra ele, mas contra a forma como os aumentos foram impostos.

Com relação à denúncia externada na imprensa, saliento que o único imóvel que possuía em São José (uma sala comercial no edifício Queops foi vendido há cerca de oito anos, porém, perante a prefeitura municipal de São José o meu nome ainda consta como proprietário, para fins de cobrança de IPTU. Se meu nome consta como devedor daquela municipalidade trata-se de um erro e jamais a falta de pagamentos, que segundo o atual proprietário estariam em dia.

Em quase 30 anos de vida pública sempre fui pautado pela seriedade em minhas posições e ações, sendo coerente com as bandeiras e decisões assumidas. Diante das circunstâncias estou acionando a minha assessoria jurídica para a tomada das medidas cabíveis."

Quero ainda aproveitar para aconselhar o prefeito Cesar Souza que oriente a sua assessoria para gastar o tempo pesquisando assuntos de interesse da sociedade florianopolitana, que produzam projetos em favor da comunidade e não passem o tempo pesquisando e vasculhando a vida alheia. Esse não é um procedimento correto, não é assim que se faz política.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado, primeiramente, lamento a postura da prefeitura municipal, a conduta com respeito à crítica que v.exa. fez com relação ao IPTU. Cabia a v.exa., como representante dessa região, fazer exatamente o que fez.

Vejam, srs. deputados, que a prefeitura resolveu dar um incentivo aos caloteiros. Fui prefeito de Florianópolis, e às vezes me diziam para dar uma anistia, que aí resolveria momentaneamente o problema da prefeitura. Mas a anistia é um incentivo ao mau pagador e um desestímulo para quem paga em dia. A prefeitura deu uma anistia de R\$ 50 milhões e resolveu penalizar quem paga em dia. V.Exa. veio aqui

reclamar, como estamos fazendo agora, e por isso foram atrás de v.exa. para ver se devia.

O prefeito Cesar Souza, que já foi deputado por duas legislaturas, não pode ter uma postura como essa. Quero cumprimentá-lo, dizer que estou solidário. Lamento a postura da prefeitura e o tamanho da paulada que se deu nessa cidade. Conheço pessoas cujo IPTU aumentou em 200%, 300%, 400%. Quer dizer, ele resolveu corrigir tudo aquilo que os prefeitos anteriores não corrigiram de uma vez só. E todos nós sabemos que você não paga o IPTU pelo valor venal da moradia, mas por aquilo que você ganha. E uma grande parte da cidade não tem como pagar o IPTU.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. deputado, quando li a matéria imediatamente liguei para v.exa. para prestar a minha solidariedade porque não é assim que se faz política. Nós dois já tivemos algumas divergências políticas, mas nenhum de nós se prestou a esse papel. Nesta Casa, hoje, estão presentes dois ex-prefeitos, Edison Andrino e Sérgio Grando. Obviamente, a crítica de v.exa. feita neste plenário, e fui testemunha, foi elegante, técnica.

Quero deixar aqui a minha solidariedade. O modo como foi atacado mostra ainda mais o valor e a correção do que v.exa. mencionou. Porque o que v.exa. disse não foi atacado, mas a sua pessoa, e não é assim que se faz política.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, neste ano já manifestamos pelo menos uma posição divergente neste plenário, mas quero solidarizar-me com v.exa. nessa questão e contribuir para esse debate sobre a possibilidade da existência de um aparato de investigação em torno de determinadas autoridades, de levantamento de boatos falaciosos, tendenciosos, quando não mentirosos. E faço esse registro, porque a

deputada Angela Albino, que me antecedeu no microfone de apartes, não o fez, e ela foi vítima disso na última campanha eleitoral, aqui, nesta cidade.

Então, em vez de fazer o debate político, de trazer aquilo que é o objetivo, que é o concreto, o que são as opiniões, mesmo que divergentes, parece que alguns organizam grupos de levantamento da vida pessoal das pessoas. Isso se parece com um fenômeno surgido lá na Europa, há 80 anos, o que é muito perigoso.

Então, solidarizo-me com v.exa. nesta questão.
Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENATO RINNIG - Muito obrigado, deputado.

O que me surpreende é que o prefeito de Florianópolis é jovem, mas adota procedimentos da época da ditadura, que não são de nenhuma forma recomendáveis para quem quer trilhar uma carreira política.

Nós podemos divergir, podemos discutir, mas sempre no campo das ideias. Nunca fazendo o ataque pessoal, porque isso é pernicioso, destruidor e nada construtivo na política de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, todos os funcionários desta Casa, quero cumprimentar também todos os prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos que estão no encontro da Fecam, Federação Catarinense dos Municípios, que inicia hoje, na capital.

Eu quero também saudar com muita alegria o aniversário do nosso partido, que ocorreu ontem. Houve uma grande comemoração em São Paulo e pelo Brasil afora. Esse partido completa seus 34 anos de existência e 11 anos do nosso governo, primeiro com o presidente Lula e agora com a Dilma

Rousseff, que vem construindo uma grande mudança democrática para o nosso país, trazendo dignidade, trazendo valorização, trazendo respeito ao nosso povo brasileiro.

É uma grande satisfação, é uma grande alegria pertencer a este partido que constrói a história deste país, especialmente contribuindo para a melhoria da condição de vida do povo trabalhador.

Falei, na semana passada, desta tribuna, que estamos desenvolvendo um país, crescendo e distribuindo renda, melhorando a vida das pessoas que lutam para construir suas famílias no seu dia a dia e construindo um futuro melhor.

Esse é o grande legado, o grande trabalho que o nosso partido vem conduzindo nesta nação.

Já falando no nosso partido, dos 34 anos, vou dedicar a minha fala ao momento que vivemos de muita impunidade. Falarei sobre a parte da nossa história que foi manchada com muito sangue, com muita prisão, com muita perseguição, que foram os 50 anos do Golpe de 64.

Acompanhei, nos últimos dias, as manifestações que estão ocorrendo. E com certeza muita gente não se acostumou com a democracia, com a liberdade do nosso país.

Tivemos manifestações nas ruas da população brasileira contra a ditadura, pelas diretas, pela democratização, por avanços de categorias. E já participei em muitos momentos de mobilizações da minha categoria, a agricultura familiar, quando fomos para as ruas reivindicar direitos.

Avançamos em muitas coisas, mas a violência que está sendo praticada nas ruas empobrece a democracia. Penso que são vários os fatores que fizeram das manifestações legítimas palco de cenas de violência descabida, orquestrada por uma minoria que esconde a cara para promover puro vandalismo e selvageria. Pessoas que se escondem atrás de panos pretos, que não mostram a cara, porque por detrás de tais panos tem o interesse que não é o da luta da democracia, dos direitos, das melhorias do nosso povo, mas que querem promover ações inconsequentes, como a que tirou a vida do cinegrafista Santiago Andrade. São pessoas

que trocam o cérebro pelos músculos, o debate das ideias e das reivindicações pela irracionalidade.

Um desses fatores que julgo ser o principal é justamente a impunidade que ronda os nossos estados, a lógica da segurança, pois entendemos que não precisamos de novas leis. O estado precisa fazer o seu papel, que é o de cumprir a legislação. Temos uma polícia que não consegue apurar os fatos por falta de estrutura, se esconde e por isso não os apura. Nós precisamos, de fato, como dizia, não de novas leis, mas de punição às pessoas.

Nós precisamos de espaços, de cadeias, pois querem aprovar a redução da maioria penal para os adolescentes. Mas mesmo hoje com a legislação atual não conseguimos ressocializar, reeducar os nossos jovens infratores.

Não adianta reduzir maioria penal, porque precisamos de fato cumprir o que a lei determina, pois aqui na grande Florianópolis tínhamos uma casa, um espaço para esses adolescentes, o qual foi demolido, destruído e hoje não se tem outro espaço para tirar de circulação esses adolescentes infratores nem de construir uma perspectiva para educá-los. Ou se joga com adultos na faculdade do crime, ou se não tem espaço para ressocializá-los acabam soltos cometendo crimes.

Então, a sociedade brasileira exige ação mais energética, seja da Polícia, do Judiciário, pois a mesma começa a cada dia mais a se preocupar.

Se não bastasse tudo isso, neste final de semana, houve mais uma vez situação alarmante no nosso oeste catarinense, na cidade de Chapecó, onde tivemos mais quatro mortes. Mais uma vez uma jovem mulher assassinada dentro de sua casa e mais duas pessoas. Assim, neste ano tivemos 15 assassinatos, homicídios, na região oeste, o que nos preocupa.

Então, é com essa impunidade que a sociedade brasileira fica preocupada. E de dentro dos presídios, como aconteceu no final do ano passado, as pessoas comandam os bandidos, comandam a impunidade, incendiando ônibus, e tantos outros fatores que não são apurados. Assim como a nossa

própria situação com relação à morte do vereador de Chapecó, que até hoje a Justiça não nos deu resposta. E aí a sociedade, as pessoas, tentam fazer justiça com as próprias mãos.

Aonde vamos parar, como no caso do município de Saudades e tantos outros casos, onde a própria sociedade se organiza para tentar fazer justiça com as próprias mãos, porque o estado não está dando conta da situação? E assim, então, vivemos uma situação de insegurança e de impunidade.

Eu trouxe essa reflexão porque todos nós temos um grande papel quando isto acontece dentro dos próprios órgãos da Justiça, como foi o caso do desmanche de carros e a venda de motores no estado de Santa Catarina, que até hoje também não foi esclarecido.

Muitas vezes a sociedade tem uma avaliação, sr. presidente, muito concreta, que de fato quem tem dinheiro para pagar os melhores advogados não é preso. E isso deixa cada vez mais claro de que nós precisamos avançar na perspectiva de termos mais segurança para a população catarinense e brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, nossos ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, presto neste momento uma justa homenagem a esse cidadão catarinense, João José Cândido da Silva, com quem aprendemos conviver, principalmente nesse último ano.

O nosso secretário de Assistência Social João José Cândido da Silva nasceu em Blumenau, mas passou toda a sua infância e juventude na vizinha cidade de Pomerode e deixou-nos no último domingo, às 4h30. Inclusive, tivemos a oportunidade de estar com o sr. governador no ato fúnebre acompanhando o cortejo.

Vale a pena destacarmos a sua biografia nesta homenagem póstuma que faço ao cidadão João José Cândido da Silva, por tudo o que ele representou para Santa Catarina e para o Brasil.

Formou-se em Medicina pela Universidade Federal, há mais de três décadas, há quase 40 anos. Foi Médico do corpo clínico do Hospital de Caridade. Era especialista em Medicina Esportiva, possuía Especialização em Administração Hospitalar, pela Fundação Getúlio Vargas, mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, além de ser professor universitário por mais de 38 anos em nossa Universidade Federal de Santa Catarina.

O dr. João José Cândido da Silva trabalhou durante 13 anos em Brasília. E nas décadas de 1980, 1990 ele atuou na secretaria executiva exercendo um cargo interino de ministro da Saúde e em outros cargos de secretário Nacional de Saúde, além disso, foi chefe do gabinete do ministério da Previdência e foi o segundo secretário Nacional de Assistência Social do nosso país, em 1998.

Depois também teve uma passagem pelo ministério da Educação, como chefe de assessoria especial de Ciências da Saúde e coordenador dos Hospitais Universitários, representou também o MEC, quando no ministério da Saúde, no Conselho Federal de Entorpecentes, o Cofen.

De volta ao estado de Santa Catarina, foi titular da secretaria de estado da Saúde até 2002, depois assumiu a secretaria municipal de Saúde da capital. E antes disso teve passagem pela secretaria de Saúde de Lages. Finalmente, em 2012, assumiu a secretaria de estado de Assistência Social, Trabalho e Educação. E foi aí que iniciamos uma caminhada de diálogo, de conversação. Foi peça chave na formatação do Programa Reviver.

Quero hoje prestar esta homenagem póstuma a João José Cândido não somente pelas ideias que trouxe, pela sua bagagem na área da Saúde e Educação, contribuindo para a formatação do Programa Reviver, mas também fazendo périplo conosco por todo o estado de Santa Catarina.

Estivemos presentes em diferentes e intensas audiências públicas pelo estado, e ele sempre com as suas contribuições, com o seu *know-how* na área da Saúde e pela sua passagem também pelo Conselho Federal de Entorpecentes, trazendo essa contribuição para o nosso estado.

Eu quero me solidarizar com os nossos técnicos e funcionários da Secretaria de Assistência Social, em especial com o nosso secretário adjunto, nosso companheiro Leo, desejando que o governador Raimundo Colombo possa escolher um nome à altura para dar continuidade a esse trabalho.

Ficam os nossos registros, as nossas considerações à carreira brilhante, à caminhada tanto na área da Saúde quanto na da Educação, mas sobretudo, como já disse, na parceria como peça fundamental na formatação do Programa Reviver.

Portanto, as nossas homenagens a João José Cândido da Silva que certamente marca história no estado de Santa Catarina e no Brasil, pelas posições que ocupou em Brasília, em outras cidades do nosso estado, inclusive na nossa capital, e por último como nosso secretário de Assistência Social.

Parabéns ao nosso companheiro que nos deixou, pela sua forma sempre ética, determinada e brilhante. Ele tinha uma mente fantástica. Até tivemos a oportunidade de vários embates, às vezes, com pontos antagônicos, mas sempre buscando o melhor para a sociedade catarinense.

Eu me lembro das últimas conversas que tive com o secretário, que inclusive esteve, sr. presidente, na última terça-feira, acompanhando o discurso do governador Raimundo Colombo, sempre muito solidário, sorridente, com saúde, enfim, mas que no último domingo nos deixou.

Lembro também e registro com muito carinho dos debates que travamos em várias ocasiões, de algumas ideias que lancei no livro *Bilhete no Muro*, que ele fez questão de ler e fazer algumas anotações. Trouxe também alguns questionamentos sobre essa temática da política, principalmente no ocidente, com relação às questões ligadas à administração pública.

Portanto, registro as nossas homenagens ao João José Cândido da Silva, ex-secretário de Assistência Social, que nos deixou no último domingo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, não sei quem de v.exas. conhece a bucólica Costa da Lagoa, provavelmente um dos lugares mais bonitos de Santa Catarina.

Quando fui prefeito tive a honra de criar uma legislação proibindo a construção de estrada que dessem acesso para a Costa da Lagoa, a única região de Florianópolis aonde só se chega através de barco. É uma comunidade tradicional de pescadores, na qual existem centenas de restaurantes de propriedade dos pescadores. E quando proibimos a construção de estrada para aquela comunidade, criamos o primeiro sistema de transporte pluvial de Santa Catarina, explorado pela prefeitura, mais precisamente pela Comcap. O ex-prefeito municipal da nossa capital, Sérgio Grando, que me sucedeu, também ajudou, e mais tarde criamos cooperativas para que esse serviço de barcos, de transporte de baleeiras, fosse feito através de cooperativas das quais os pescadores fazem parte.

Lamentavelmente esta semana tomamos conhecimento de que o Ministério Público mandou cortar a luz dessa comunidade tradicional da nossa cidade, e acho que mais de 95% dos seus habitantes, que são pescadores, uma comunidade onde nasceu o meu pai há 97 anos, ficará sem luz.

A procuradora Analúcia Hartmann fez um expediente à Celesc para que desligasse as luzes de mais de 250 casas na Costa da Lagoa, inclusive dos restaurantes, porque em 1997 o Ministério Público Federal entrou com uma ação que dizia

respeito à área de preservação permanente de Jurerê Internacional. E, recentemente, o Ministério Público ganhou essa ação para que a Celesc cortasse a energia das casas construídas de 2001 para cá dessas áreas de preservação permanente.

A Costa da Lagoa é uma região diferenciada, atípica, deputado Moacir Sopelsa, onde esses pescadores não têm como viver sem energia elétrica. São 300 famílias, uma população de aproximadamente de 1.500 a 1.700 moradores, onde a maioria das casas terá a sua energia cortada. Não é possível! E por incrível que pareça a finalidade dessa decisão é acabar com a comunidade da Costa da Lagoa, haja vista que está mandando cortar a energia também do posto de saúde da localidade, da casa de recalque do sistema de esgoto, do sistema de água que abastece a comunidade. Isso é um absurdo!

Eu sei que há uma decisão judicial em função dessa demanda do Ministério Público que dizia respeito às áreas de restingas de Jurerê Internacional. Claro que a decisão serviu para toda ocupação de APP na Ilha de Santa Catarina. Mas espero, sr. presidente, que o bom senso prevaleça, porque, se essas pessoas tiverem a energia de suas casas cortada, não terão como sobreviver. Além disso, é uma das regiões mais preservadas da nossa ilha. E tive muito orgulho de como prefeito proibir a construção de estradas para aquela comunidade e até paguei um preço por isso, pois quem conhece aqueles restaurantes à beira do mar sabe que o pescado, como a carapeva, a tainha, o siri, o camarão, espécies que dão naquela região, é feito pelos pescadores da Costa. Quem administra são os proprietários dos restaurantes, são os moradores da Costa da Lagoa.

Provavelmente, a minha atitude de proibir estrada, naquele momento, causou um mal-estar na comunidade. Hoje eles reconhecem que foi uma decisão importante para o futuro da pesca, para a qualidade de vida daquela região e para o turismo da Ilha de Santa Catarina.

Lá é diferente. Nos finais de semana os turistas, as famílias, querem conhecer aquele lugar bucólico, aquela região bonita. Mas agora aqueles moradores foram surpreendidos e estão apavorados, porque o Ministério Público entrou com uma ação contra a Celesc.

E a Celesc, não sei se não soube se defender ou deixou correr à revelia, isso é uma coisa que eu ainda não tomei conhecimento, não tratou como devia do direito à energia daquela gente.

Mas o que eu mais me revolto, sr. presidente, é que o Ministério Público também teria que entrar com uma ação contra os moradores da Costa da Lagoa, porque o grande prejudicado pelo corte de energia não é a Celesc, mas as famílias que moram naquela região.

Então, cabe uma ação dos moradores da Costa da Lagoa pedindo uma liminar para que eles continuem com energia, porque eles não tiveram o sagrado direito de defesa.

Eles foram pegos de surpresa com uma decisão judicial pedindo à Celesc, e a Celesc foi citada pelo Ministério Público, dando um prazo, deputado Sargento Amauri Soares, para que cortassem a energia.

Entretanto, os moradores da Costa da Lagoa, centenas de famílias tradicionais daquela região, não conheciam a demanda judicial. Não sabiam do risco que estavam correndo. E a Justiça tem que dar o direito aos grandes prejudicados por essa decisão de se defenderem.

Eles não tomaram conhecimento do processo. Esse é um sagrado direito defendido pela Constituição, de que todos têm o direito à defesa. Então, a ação do Ministério Público teria que ser contra a Celesc.

Então, sr. presidente, estamos comunicando a esta Casa, e como as comissões aqui da Assembleia Legislativa ainda não foram devidamente constituídas, vamos fazer uma audiência pública na Câmara Municipal de Florianópolis, vamos demandar judicialmente a favor daquela comunidade, daqueles proprietários, daquelas famílias, para que tenham

o direito sagrado de se defender e tenham a sua energia restabelecida.

A procuradora Analúcia Hartmann mora na costa da Lagoa da Conceição, no caminho que vai para a Costa da Lagoa, e sabe, pois é uma mulher inteligente e batalhadora, da importância daquela comunidade como uma comunidade tradicional, uma comunidade onde a grande maioria dos seus moradores, deputada Dirce Heidersheidt, mais de 90%, são nativos da Costa da Lagoa.

Ali nasceram os seus antepassados, os seus bisavós, os seus avós, os seus pais, e agora vão ter o seu restaurante, deputado Dado Cherem, com a energia cortada, como também das suas casas. Com este calor, imaginem v.exas.! E a Celesc tem um prazo para fazer isso.

Espero que a Celesc não o faça com a pressa que quer o Ministério Público, e espero também que o bom senso prevaleça. Que o Ministério Público dê um tempo.

Na realidade, o Plano Diretor da cidade, que foi aprovado meio às pressas, devia tratar a comunidade de Costa da Lagoa de uma maneira diferenciada. E creio que a comunidade da Costa teria que ter uma legislação específica para preservar a tradição, para preservar a pesca artesanal e para preservar, acima de tudo, aquele turismo, que é um turismo diferenciado.

As pessoas só conseguem chegar lá de barco, de baleeira, e as pessoas querem aquela tranquilidade. Agora, para que tenha turismo, para que consigam viver com dignidade e ter a sua atividade econômica, é preciso energia elétrica.

Aquela comunidade, sr. presidente, não invadiu a Costa da Lagoa, aquela comunidade já mora lá há mais de 300 anos. Inclusive, o meu pai nasceu lá na Costa da Lagoa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(O partido desiste.)

Na desistência do PSD, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, presidente desta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, sras. e srs. assistentes, imprensa, também quero, deputado Padre Pedro Baldissera, na mesma esteira, primeiro, na direção do deputado Ismael dos Santos, registrar as nossas condolências pela perda do amigo, de uma pessoa muita digna, que construía amizades, que dedicou toda a sua vida ao estado e ultimamente a sua dedicação foi em uma das secretarias.

Todos nós devemos na nossa vida estender a mão àqueles que mais necessitam, e o dr. João José Cândido da Silva fez isso durante toda a sua vida, especialmente agora como secretário de Ação Social do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira. Quero deixar em meu nome, com permissão da nossa bancada, os nossos sentimentos pelo passamento do dr. João Cândido.

Também, sr. presidente, quero deixar registrado nesta tarde, deputada Ana Paula Lima, deputada Luciane Carminatti, deputada Angela Albino, deputada Dirce Heiderscheidt, que estou no meu quarto mandato como deputado, mais um de prefeito e um de vereador. Passei pela Mesa Diretora, fui vice-presidente desta Casa, participei de muitas comissões, licenciei-me como deputado e fui durante o primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira, deputada Luciane Carminatti, secretário da Agricultura, mas ainda não tinha tido a felicidade de ser o líder da minha bancada nesta Casa. E a partir de hoje, por unanimidade dos nossos nove parlamentares, tive o privilégio, deputado Sargento Amauri Soares, de passar a liderar esta bancada. Sem dúvida alguma é uma bancada que tem responsabilidade, que sabe de seus compromissos e que tem feito o seu papel na Assembleia Legislativa, honrando os seus mandatos.

Por isso, quero deixar registrado o meu agradecimento. Sei da responsabilidade que tenho,

mas vou procurar, como os líderes que me antecederam, especialmente aquele que me entrega o mandato hoje, deputado Carlos Chiodini, levar adiante esse trabalho e buscar um entendimento com os outros 39 parlamentares. Ninguém faz nada aqui sozinho. Somos 40 parlamentares e todos têm a responsabilidade de honrar, de cumprir e de fazer os seus mandatos voltados para os interesses da sociedade catarinense, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Concedo um aparte, com muito prazer, ao deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Desde o meu primeiro mandato passei a conviver com v.exa. e quero parabenizar v.exa. pelo momento de exercer a condição de líder do maior partido que compõe este Parlamento. V.Exa. que já tem uma experiência vasta nesta Casa, que galgou vários postos importantes, desde a vice-Presidência, secretaria, Mesa Diretora, comissões, vai representar com dignidade e à altura o grande partido do PMDB.

Quero aproveitar o ensejo para saudar aqui o nosso presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, progressista que vem nos visitar e vem em busca de recursos do governo do estado para o município de Tubarão.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, o mesmo pensamento tenho sobre v.exa. Um deputado que cumpre com seus compromissos, com sua responsabilidade. Podemos muitas vezes aqui divergir sobre opiniões políticas ou de posições, mas sempre mantivemos o devido respeito.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Apenas para parabenizar v.exa. por assumir a liderança do PMDB. Quero dizer que a minha primeira intervenção, depois de ter sido escolhido líder pela bancada do meu partido, é de que vamos ter oportunidade da liderança, pois coincidentemente hoje nós dois, ex-prefeitos de Concórdia, estamos

aqui sendo escolhidos pelas nossas respectivas bancadas para liderar. Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Da mesma forma, eu não tinha ainda conhecimento, quero cumprimentar v.exa. e desejar sucesso. V.Exa. também já foi presidente desta Casa, e tenho certeza de que vai conduzir a liderança com muita competência, com muita maestria, como v.exa. sempre fez na bancada do PT, que é uma bancada pela qual todos nós temos o devido reconhecimento. Agradeço as suas palavras e da mesma forma quero desejar sucesso a v.exa.

Depois que voltamos do recesso de fim de ano é o primeiro dia que uso a tribuna desta Casa. E quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos os vereadores e prefeitos. A Fecam faz a sua reunião anual neste dia aqui, no centro de eventos. E por isso tive a oportunidade de ver muitos prefeitos em busca de melhorias para os seus municípios, em busca de incentivos, participando para discutir ações do municipalismo. Enfim, quero desejar a todos os prefeitos uma boa estadia e que possam conseguir o seu desejo a partir das suas propostas.

Durante o recesso aproveitei para fazer visitas às nossas bases, à nossa gente, e tive oportunidade de acompanhar o nosso governador e o nosso vive-governador nas ações no interior do estado, como ações na área de Segurança com entrega de viaturas. E fiquei feliz quando ouvi do governador que até abril deste ano nenhuma viatura que serve tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar terá mais do que três anos de uso.

Lembro-me de que, quando fui vereador em Concórdia, em 1983, a Polícia Militar dispunha apenas de um fusca velho. Hoje, podemos ver toda essa estrutura colocada à disposição da Segurança do estado de Santa Catarina.

Participei da inauguração de estradas. E cito como exemplo a estrada que vai de Xanxerê a São Lourenço do Oeste, totalmente remodelada, bem como o trecho de Xanxerê a Abelardo Luz. E a estrada que vem de Quilombo a Chapecó também está sendo revitalizada.

Tive a oportunidade na segunda-feira de ver a homologação das propostas da licitação do contorno viário de Seara, de Concórdia. Faço questão de deixar registrada a minha gratidão ao governador, ao vice-governador, ao secretário da Infraestrutura, porque são pleitos que a região há muito tempo pede. E acontecem quando há boa vontade daqueles que governam.

O governador Raimundo Colombo implementou nestes três anos o seu ritmo, o seu sistema de governo, e muitas reivindicações da população foram atendidas. Tenho consciência de que muita coisa ainda precisa ser feita, mas registro que houve a vontade do governador de viabilizar um governo voltado para as pessoas na área da Educação e da Saúde. Vi o professor, embora tenha consciência de que seu salário ainda não seja o que merece, mais contente; vi tanto os policiais militares como os civis também mais felizes. E quando vemos a população mais feliz, precisamos deixar a nossa gratidão a essas pessoas que fazem um bom trabalho.

Cumprimento o governador e sua equipe e desejo que ainda neste ano, um ano de eleição, possamos fazer política, disputar a eleição, mas acima de tudo colocar o interesse da sociedade e dos catarinenses. Assim estaremos cumprindo com o dever de político, de fazer política com nossos mandatos, que sem a homologação do eleitor não teríamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar os deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta pelas lideranças do PMDB e PT respectivamente. São dois homens talhados para a vida pública, já foram prefeitos nas suas cidades,

e coincidentemente da mesma cidade. Então, quero parabenizá-los. E ganha o Parlamento catarinense por essas duas figuras tão aceitas nesta Casa. Tenho certeza de que o rio das dificuldades terá um trajeto mais fácil.

Sr. presidente, também não posso deixar de falar sobre a partida prematura do amigo Candinho, ex-secretário da Saúde. Pelo fato de ter comandado a secretaria de estado por muitos anos, pude conviver mais de perto com ele. E na última vez que estive com ele, em novembro, ele me atendeu prontamente num pleito para a região do município de Canelinha.

Gosto sempre, deputados, de contar algumas passagens que tivemos com o Cândido, porque ele sempre foi, como homem público, uma figura muito altruísta e, acima de tudo, muito otimista no que fazia. E em momentos difíceis de tomada de decisões, na secretaria de estado da Saúde, momentos complicados, mesmo quando o Cândido não era mais secretário, ele sempre se colocou à disposição para debater republicanamente aquilo que era o melhor para o estado de catarinense.

Com certeza, sim, tenho uma lembrança muito boa, uma imagem muito boa dele. Foi um apaixonado pelo SUS, com capacidade de trabalho, uma pessoa que tinha vontade de trabalhar para o serviço público como poucos. Essa vontade ele trouxe também para o governo Raimundo Colombo. E quem acompanhou a sua pequena passagem pela secretaria de Assistência Social sabe que ele pegou um tema extremamente delicado, um tema polêmico, que é a questão das drogas. E junto com a comissão da Assembleia, com o deputado Ismael dos Santos e com o governo, estava determinado, sim, a dar uma resposta à sociedade em relação ao flagelo das drogas.

Então, o Cândido tinha esse diferencial. Todo local que ele assumia ele fazia a diferença, foi assim na prefeitura de Florianópolis, quando foi secretário da Saúde, no período do Dário Berger, onde com certeza deixou a Saúde com menos problemas do que quando entrou.

Então, reconhecemos isso e inúmeros trabalhos que ele fez como secretário de estado de alta complexidade, principalmente sobre a questão da radioterapia para o interior, na região de Criciúma, que foi o Cândido que levou.

Vocês vejam que ele tinha esse perfil e, acima de tudo, um perfil técnico, porque se alguém sentasse para falar com o Cândido sobre saúde pública, sobre o SUS, tinha que ter um conhecimento muito profundo, sob pena de passar vergonha, de tanto que ele dominava aqueles temas tão complexos e difíceis.

Quando falamos em entes federativos de responsabilidade de gestão, muitas vezes, poucas pessoas entendem, quando se fala em alta complexidade, atenção básica, enfim, o Cândido dominava aquilo como dominamos o bê-á-bá. Então, essa é a diferença da pessoa que nasceu para aquilo. E além de tudo era um apaixonado. E só fazemos bem alguma coisa quando gostamos do que fazemos, quando nos apaixonamos pelo que fazemos.

Eu não vou nem mensurar a partida prematura do doutor Cândido. A sua família, com certeza, está num sofrimento sem tamanho.

Todos teremos esse destino também, mas para o serviço público não tenho dúvida, deputados, nós que lidamos o dia a dia com as dificuldades de tentar fazer a inclusão da saúde, sabemos a importância que ele teve para o estado. Ele sempre com aquele sorriso, otimismo, dificilmente dizia não para alguém; se não fosse possível naquele momento, ele tentava solucionar mais para frente.

Eu vejo com muita tristeza a partida dele, não aquela tristeza do egoísmo, mas a saudade de alguém que, realmente, deixou algo para todos os catarinenses e que poderia ter construído muito mais.

Esse era o perfil do Cândido, um técnico que se apaixonou pela vida pública, que via nas questões políticas partidárias um instrumento para exercer a cidadania, para trazer para dentro do convívio da população o seu conhecimento. E assim foi o perfil dele.

O Cândido, com certeza, foi uma pessoa de excelência na saúde pública, na vida pública, além dos amigos pessoais que ele deixou. Eu me considero uma das pessoas que se somaram aos seus amigos. Ele deixa, com certeza, uma saudade. Mas uma saudade sadia daquela pessoa que construiu, sim, algo para o próximo.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, venho a esta tribuna, como anunciado pelo sr. presidente, como novo líder da bancada do PT, nesta Casa, para fazer alguns registros nessa minha primeira manifestação após essa escolha.

A primeira manifestação que quero fazer, meus colegas de bancada, é que todos tenham sua atuação firme, forte, aqui na Assembleia Legislativa, seus projetos individuais, suas ações, mas também as ações e projetos coletivos que temos como bancada. Quero enaltecer todos os companheiros e companheiras da bancada do PT pelo seu trabalho e confiança para que possamos liderar a bancada neste ano e respeitar todas as posições de cada um dos deputados. Procuraremos, dentro do possível, nessa coordenação de bancada, definir as grandes ações e estratégias que dependam de nossa posição coletiva.

O segundo registro, aos demais partidos, às demais bancadas, líderes, aos que permanecessem, aos que estão sendo escolhidos, quero dizer que vamos procurar nesse debate, nessas ações, na condição de líder, sempre conversar com as demais bancadas, para que possamos ter aqui na Assembleia, e deputado Moacir Sopelsa v.exa. que irá dirigir a bancada do PMDB, pelo qual já o parabeneizei, os melhores encaminhamentos, sempre

visando ao atendimento das grandes questões que a população de Santa Catarina espera deste Parlamento.

De minha parte também teremos essa postura de diálogo, mas também a nossa posição firme de defesa das questões que julgamos mais importantes e fundamentais para o estado de Santa Catarina. Nós somos um partido que não fizemos parte da base do governo estadual, somos um partido de oposição, mas que sabe defender, sim, as suas bandeiras, ideias, ações como também conversar e dialogar quando necessário, principalmente quando está alguma coisa em jogo que se refira ao bem-estar da comunidade catarinense.

Nós vimos as grandes questões que estão pautando o início desses trabalhos legislativos. Temos questões que envolveram Santa Catarina nessa grande preocupação da falta de água, da falta de energia, a preocupação da continuidade dos debates da infraestrutura catarinense, das melhorias de Saúde, da Educação e mais uma vez vemos a categoria do Magistério prestes a iniciar o ano letivo com grandes preocupações com relação à sua questão salarial, ao seu reajuste do piso e do plano da carreira, como as demais categorias que nem todas se sentiram contempladas no pacote aprovado aqui no ano passado.

Então, a nossa postura será, sim, de cobrança desses pontos e questões que julgamos importantes para Santa Catarina, mas será também uma postura de diálogo, propositiva e sempre que pudermos de alguma forma ou de outra propor alguma coisa que seja melhor para a população de Santa Catarina, estaremos disponíveis para dialogar com as demais bancadas desta Casa.

Nós sabemos que todos aqui têm representatividade, todas as bancadas e todos de forma individual, e vamos tentar usar um pouco da vivência e da experiência, porque inclusive presidi esta Casa, para podermos fazer esse diálogo com as demais bancadas e, principalmente, com a condução dos assuntos dentro da nossa própria bancada.

E um assunto que já foi mencionado aqui e que não poderia deixar de falar como líder da bancada que estamos assumindo hoje é a homenagem nossa, da nossa bancada, do nosso partido, ao ex-secretário João Cândido que já foi enaltecido nesta tribuna. Foi defensor ferrenho do Sistema Único de Saúde, defendeu a participação dos conselhos no governo, enfim, um secretário que buscou implementar as parcerias dos programas sociais com o governo federal.

Ele era um secretário que sempre estava aberto para receber, deputado Valmir Comin, as lideranças, os prefeitos, independente de partidos políticos.

Vejam que quem está falando é justamente um integrante de um partido que é oposição ao governo do estado, mas está enaltecendo essa figura bacana do dr. Cândido que nos deixa precocemente.

Fizemos isso por justiça principalmente porque nem sempre quem está no governo, seja em cargos de secretário ou outro, tem essa visão republicana de receber indistintamente as lideranças, de conversar, de encaminhar os projetos, quando não são necessariamente da sua linha política. E o dr. Cândido, como ressaltai, encaminhava sempre essas parcerias, as ações com o governo federal, com as prefeituras.

Sr. presidente, queremos, mais uma vez, colocar-nos à disposição tanto da nossa bancada quanto das demais bancadas para o bom diálogo nesta Assembleia Legislativa, para que possamos dialogar sobre os grandes temas que importam à população catarinense. Temas que possam mudar para melhor a vida dos catarinenses. Essa é a nossa grande função.

Este ano é um ano eleitoral, e coincidentemente volto a liderar a bancada do PT em ano eleitoral. Na vez anterior que liderei também era ano eleitoral, no ano de 2000, muito embora naquela ocasião fosse eleição municipal.

Entendo que teremos esse debate na eleição estadual que vai nos envolver nos projetos da eleição nacional, mas não podemos deixar de lado as ações legislativas dentro do calendário

especial que será estabelecido pela Mesa Diretora, para que possamos debater os projetos que aportarem nesta Casa, os projetos vindos do governo, os projetos de origem parlamentar, as ações, as audiências públicas, a defesa do Orçamento Regionalizado. Já quero deixar isso como uma bandeira da nossa liderança, a defesa da continuidade do Orçamento Regionalizado que foi um projeto que nasceu inclusive de origem da bancada do PT, do nosso ex-deputado Carlito Merss, ex-prefeito do município de Joinville, que por coincidência hoje também participou do nosso almoço, da nossa reunião de bancada, ao meio-dia.

Não podemos deixar morrer essa ferramenta importante de participação da sociedade catarinense nos destinos do governo. Para não deixar morrer não é só fazer as reuniões, mas é, efetivamente, implementar as decisões que forem escolhidas em cada uma das regiões, implementar as prioridades que forem definidas. E para isso estaremos atentos, também cobrando a execução dessas prioridades, mas também cobrando a manutenção desse instrumento importante de participação da sociedade no governo. É talvez um dos mecanismos, uma das poucas ferramentas em Santa Catarina que temos de participação mais direta da comunidade. Portanto, não podemos abandonar esse instrumento importante de participação da população no governo.

No mais, sr. presidente, srs. deputados, estaremos sempre abertos ao diálogo para buscar, na liderança de nossa bancada, fazer o melhor não só para a bancada, mas o melhor para a nossa gente, para a gente catarinense, que tem expectativas sempre de que nós como deputados possamos, acima de tudo, pensar nas melhores ações para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento de uma maneira como um todo da nossa querida e bela Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Valmir Comin, o PP vai fechar na tarde de hoje no horário destinados aos Partidos Políticos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, vereadores, prefeitos, público que nos acompanha na Assembleia Legislativa neste momento, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, eu gostaria, sr. presidente, de lamentar a saída de um grande amigo, o Serginho Ferreira, presidente da Promotur, de Joinville, que entregou a sua carta de exoneração hoje, pela manhã, ao prefeito Udo Döhler. Eu fiquei muito chateado, porque no ano passado presenciamos uma grande Festa das Flores, talvez a mais bonita que já tenha visto em Joinville.

Achamos estranho esse pedido de exoneração e ainda não conseguimos verificar o motivo da saída do Serginho Ferreira, da Promotur. Portanto, a nossa solidariedade à sua saída. Ficamos tristes e desejamos sucesso no novo cargo que vai ocupar, a partir de agora, como diretor-geral na Câmara de Vereadores de Joinville.

Deputado Kennedy Nunes, no ano passado, quando ocorreu o incidente gravíssimo em Joinville, no dia oito de dezembro, naquele confronto ocorrido entre o Vasco e o Atlético Paranaense, eu havia, na semana desse episódio, deixado de exercer o mandato e voltei só uma semana após para esta Casa. Não pude falar sobre esse fato e, como vascaíno que sou, eu estava em campo naquele dia e também passei por intimidações, por exemplo, a caminho do estádio tive que tirar a camisa do meu time, o Vasco, porque membros da torcida adversária ameaçavam quebrar o vidro do carro e assim por diante.

Logo após entrei no estádio, coloquei a camisa do meu time novamente, fui para as tribunas para

ver o jogo, só que na frente da tribuna em que eu estava havia torcedores do time adversário, que ficaram nos intimidando para que tirássemos a camisa do meu time. Achei isso muito complicado.

Em função disso, de todo o episódio, de toda a violência que aconteceu no dia oito de dezembro do ano passado, entrei com um projeto de lei nesta Casa, que institui o dia oito de dezembro, o dia que aconteceu toda aquela barbárie em Joinville, como o Dia Catarinense de Paz no Futebol, para que tanto os governos, a Federação Catarinense de Futebol, os times, possam refletir neste dia sobre o que se quer do futebol em Santa Catarina, porque infelizmente tudo que vimos no jogo entre Vasco e Atlético Paranaense serviu de lição, de motivo, para que as coisas melhorassem no futebol brasileiro.

Eu, na semana passada, estava vendo o jogo Joinville Esporte Clube, o JEC, e Avaí, estava esperando a minha carona, ao final do jogo, e novamente houve correria, com Polícia e torcedores em confronto e violência em final de jogo.

Então, é triste afirmar que nada tem melhorado no que diz respeito a futebol. Infelizmente, temos bandidos travestidos de torcedores, que acabam intimidando até mesmo a ida das famílias para os estádios, deputado Sargento Amauri Soares. Isso se viu no Jogo do Corinthians, onde membros das torcidas organizadas pediam para os torcedores comuns, que não faziam parte de torcida organizada, que não torcessem pelos times que estavam jogando. Mas ora, se vou ao estádio, tenho o livre arbítrio para torcer pelo meu time.

Então, o futebol no Brasil passa por uma crise existencial muito grande, principalmente no que diz respeito às torcidas, ao público, e isso precisa passar por uma depuração. Acho que se deveria tirar do meio dos verdadeiros torcedores os bandidos, marginais que frequentam os campos de futebol no Brasil. Não são todos que participam das torcidas organizadas que frequentam os campos de futebol que tumultuam e fazem violência, mas infelizmente existe um número grande de torcedores que praticam violências e barbáries.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, como vascaíno e avaiano quero dizer que na Ressacada as correrias tem sido só pelo lado de fora e na arquibancada, infelizmente, porque dentro do campo só funciona no inverno. Quando chega a primavera e o verão, nós, avaianos, ficamos com o time um tanto debilitado fisicamente.

Sr. presidente, quero me referir neste momento à audiência de conciliação, ou tentativa de conciliação que haveria entre os supostos proprietários e os ocupantes da área de terra do norte da ilha, hoje o assentamento Amarildo, que ocorreu na última sexta-feira à tarde aqui na capital, na Vara da Justiça Agrária, dirigida até então ou até aquele momento pelo juiz, dr. Jeferson Zanine, e ficou conciliado o prazo até 15 de abril para que os ocupantes permaneçam naquele local.

Eles lutam por terra, por trabalho, por teto, por reforma agrária popular, por soberania alimentar, querem produzir hortaliças sem agrotóxico, o que faz muita falta para toda população da Grande Florianópolis, especialmente para o norte da ilha. Em contraposição, há alguns poucos que querem fazer ali um campo de *golf*. No entanto, as pessoas que estão ali ocupando a terra querem dar uma função efetivamente social para aquelas terras que estão há décadas abandonadas. Evidente que haverá debate e polêmica sobre a real propriedade daquelas terras, quem é efetivamente o proprietário daquela imensa área de terra improdutiva até esses dias, e acompanharemos isso nos próximos meses com toda certeza.

Quero fazer referência à audiência, à reunião com o diretor superintendente do Dnit, João José, que realizamos na semana passada, dirigimos pela deputada Ana Paula Lima, que é a coordenadora-presidente da Frente Parlamentar pela Duplicação da BR-470. Além de s.exa., estavam presentes os deputados Aldo Schneider, Jailson Lima e este deputado. Está para começar a duplicação na BR-470. Aliás, as notícias já diziam que começaria no início de 2014, mas questões das mais diversas e sempre aparece mais uma, têm dificultado o início das obras de duplicação da BR-470. Infelizmente, uma obra tão necessária para toda população catarinense, especialmente do alto vale do Itajaí, desde o alto vale, desde a serra, ou do meio-oeste catarinense até o litoral, tendo todos nós perdido inclusive familiares, pessoas conhecidas e amigos naquela rodovia.

Mas se faz necessária uma reflexão, pois parece que estamos condenados a gastar em todos os anos que nos restam de vida a morrer lutando por ampliação, duplicação de estradas e rodovias. Não fizemos jamais a reflexão que precisaríamos apostar no caminho inverso, ou seja, o de incentivar o transporte coletivo. E os governos, tanto federal quanto estadual têm incentivado os monopólios da indústria automobilística achando um absurdo que tenha que se dar subsídio ao transporte coletivo.

Aliás, não se dá subsídio ao transporte coletivo, mas se investe, gasta, ou deixa de cobrar milhões de impostos em benefício do carro, nesse endeusamento do carro particular,

Nesta lógica, não chegaremos à solução civilizatória nenhuma.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside essa sessão, srs. deputados, amigos da TVAL, nossa Rádio Alesc Digital.

Não diferente dos que me antecederam, na condição de líder no Partido Progressista e conhecendo a história do saudoso amigo de saudosa memória, o dr. Cândido, não poderia deixar passar em vão esse momento singular de poder, através da tribuna dessa Casa, prestar-lhe uma homenagem.

O domingo começou bastante triste. Recebi, amigo Silvio Dreveck, logo cedo, a notícia de que Santa Catarina perdeu um grande homem. Um ser humano de bem, nosso amigo Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, João José Cândido da Silva, que foi vítima de um infarto e nos deixou. Deixou também muitas soluções para os problemas sociais vividos por nossa população, deixou um trabalho que favorece diretamente as pessoas.

Incrível, deputado Silvio Dreveck, toda vez que ligavam pedindo um conselho, uma orientação médica, ele, muito solícito, muito prestativo, sempre se colocava à disposição, mas ele próprio não se cuidava. Tanto é que foi pego de surpresa.

Enquanto Secretário de Estado da Saúde, com o seu trabalho implantou, em Criciúma, depois de intenso debate, em todo o sul, as cirurgias cardíacas eletivas no Hospital São José e no Hospital São João Batista, todos eles com os procedimentos cobertos pelo SUS. Posteriormente, a construção do acelerador linear e a implantação da radioterapia, durante o governo Esperidião Amin.

Foi um homem que passou por vários governos, inclusive o governo do próprio PMDB, com Dário Berger aqui em Florianópolis. Passou por Lages, frequentou vários ministérios, assessor de ministros na Previdência Social, no Ministério da Educação, e tantas outras ações que este homem construiu nesse legado.

Eu pedi a minha assessoria que levantasse alguns dados. Os que me antecederam já os citaram e não há necessidade de repetir, mas é preciso dizer que foi uma perda lamentável. Eu lembro,

mais ou menos um ano atrás, menos de um ano, de um assunto referente a um bairro de Criciúma chamado bairro Imperatriz, onde 172 famílias buscavam a sua regularização ao longo de muitos anos.

Vários governos se passaram, independente de partido, tanto no município quanto na esfera estadual, várias pessoas abraçaram a causa, mas não conseguiram resolver aquela situação.

Assim, trouxemos, atendendo ao prefeito municipal Márcio Búrigo, vice-prefeito de Criciúma, na época, o pedido para que intercedêssemos junto ao governo, e assim o fizemos através do Secretário Cândido, que imediatamente, sentindo a necessidade daquele povo, o clamor daquelas famílias, encaminhou todos os procedimentos. Estava sob a tutela da Cohab, trouxe para a Secretaria da Ação Social, e agora estão sendo disponibilizadas as escrituras para 172 famílias.

A Cohab agora tem três meses para fazer todo o recadastramento e o levantamento daquela área, e o estado vai ressarcir a própria Cohab e vai destinar a escritura sem custo a cada um do 172 proprietários residentes em Criciúma, comunidade do bairro Imperatriz. Penso que são trabalhos como esse que dignificam um homem público.

Por isso para nós é motivo de muita honra e de muita satisfação, na condição de parlamentar e de líder do meu partido, poder prestar esta homenagem a esse glorioso amigo de saudosa memória que nos deixou, mas como acredito e muito que o espírito vive, tenho certeza de que está presente e torcendo por todo o trabalho, como o combate às drogas, que foi desencadeado nesta Casa através do presidente deputado Ismael dos Santos, juntamente com a bandeira também posta pelo ex-presidente deputado Joares Ponticelli, com aquiescência do sr. governador do estado, mas capitaneado na essência pelo ex-secretário João José Cândido da Silva, que culminou com centenas de vagas o Projeto Reviver por todo o estado de Santa Catarina e que vai servir de referência em nível de Brasil.

Gostaria também, sr. presidente, de aproveitar estes dois minutos que me restam para ressaltar aqui e registrar, diante desta tribuna, que no final de semana passado tivemos a oportunidade de nos reunir num sítio de um amigo, Valentim Severiano, popular "Nego", com o ex-vereador Danúbio, de Içara, com o Grupo de Amigos Mineiros (Gamin) que tem ganhando espaço na sociedade içarense com o intuito de defender os profissionais da mineração.

No último sábado, participamos de uma confraternização organizada pelo grupo que vai atuar diretamente na confirmação do respeito ao cidadão mineiro e de todos os que trabalham no subsolo das minas de carvão na região. Querem principalmente desmistificar a rejeição que sofrem no município.

O grupo bem organizado apresentou ainda um plano de metas e ações para 2014 e que pretende, entre muitas coisas, promover a união do grupo. O presidente do grupo, Marcelo Cascaes e o vice-presidente, Fernando Valentim, aproveitaram a oportunidade para ressaltar que o Gamin não está ligado a nenhum partido político, mas não deixará de receber bem aquele que se propôs defender a categoria.

Vejo isso como expectativa, e lá tivemos a presença do deputado federal e defensor da classe mineradora Jorge Boeira, também do nosso deputado Joares Ponticelli, do prefeito de Criciúma e de tantas lideranças estabelecendo a quebra de um paradigma, um novo conceito em que se dissemina uma nova ação com respeito à classe operadora mineradora e também aos empresários do setor, evidentemente dentro de uma nova concepção, planejada, orientada, organizada, com tecnologia moderna, respeitando às questões ambientais, mas dando na sua essência o maior grau e ênfase à potencialidade para que possa estabelecer o setor carbonífero na região.

Este é um novo momento e, por consequência de toda essa ação, esperamos muito em breve, a partir de março, um novo leilão ser inserido no contexto do sistema integrado nacional, a geração de

energia através do carvão, nos leilões da Eletrobrás que irão ocorrer em março de 2014.

Era isso sr. presidente, srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer contrário e que serão arquivadas as seguintes matérias: Ofícios n.s 0096/2012; 0172/2010; 0579/2011.

É visível que não temos quórum para deliberação de vetos. Portanto, os vetos passarão para a pauta da sessão de amanhã.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0315/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que assegura aos deficientes físicos a prioridade de vaga em escola pública próxima da sua residência.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0367/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que determina a afixação de informações de telefones de utilidade pública em locais públicos e salas de aula da rede pública e privada, no estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0008/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que dispõe sobre o uso de papel reciclado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Os projetos de lei complementar também passam a figurar na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as seguintes Indicações n.s: 0016/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0017/2014, de autoria Antônio Aguiar; 0018/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0019/2014 e 0020/2014, de autoria do deputado Luciane Carminatti.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s 0010/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0011/2014 e 0012/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0013/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0014/2014, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0015/2014 e 0016/2014; de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0017/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0018/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0019/2014, de autoria do Mauro de Nadal; 0020/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0021/2014, 0022/2014 e 0023/2014,

de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0024/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0025/2014, 0026/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0027/2014, de autoria da bancada do PSD; 0028/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0029/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Moção n. 0001/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado, apelando pela edição e publicação de decreto ou portaria para suplementação orçamentária, visando à implantação e pavimentação da rodovia SC-108, prolongamento da via expressa até Vila Itoupava.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0002/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o programa Santa Renda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0003/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos índices de correção da energia fornecida pela Celesc; índice de crescimento do consumo de energia no estado nos últimos cinco anos e quais novos sistemas de atendimento aos clientes já implantados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0004/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e por meio deste à secretaria de estado da Saúde, solicitando informações sobre eventuais medidas tomadas pela Coordenadoria de Saúde do Trabalhador para realização das Conferências Regionais e Estadual da Saúde do Trabalhador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de fazer um registro em função desse evento importante que o Brasil está sediando, a Copa do Mundo. Não podemos neste Parlamento ficar alheios aos debates e ao que poderemos discutir quanto às melhorias para o esporte catarinense, principalmente em termos de inclusão social, aproveitando essa grande divulgação da Copa.

Portanto, queremos convocar, na condição de presidente do Fórum Parlamentar de Esporte, os deputados membros do Fórum e também os deputados que desejarem participar para uma reunião, amanhã, às 10h, no nosso gabinete parlamentar para debater a relação da Copa com Santa Catarina, especialmente sobre as ações que poderão

beneficiar a inclusão social neste estado com projetos relacionados a essa área.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero aproveitar este momento para fazer o relato de duas viagens que fiz nos últimos dias, mas em particular sobre uma que fiz ao oeste catarinense, em que me chamou a atenção dois grandes temas.

Estive em Chapecó e vi grande comoção em torno do assassinato de uma jovem de 29 anos pelo ex-companheiro. Ela estava desde outubro morando com a mãe. Ele, que era bombeiro, ameaçava a jovem, ameaçava a própria corporação e continuava andando armado. E, na primeira noite em que ela dormiu em casa, com uma sobrinha de 13 anos, ele assassinou as duas. Ligou para a família da jovem às 5h da manhã dizendo que iria fazer isso e depois ligou dizendo que tinha feito. E está foragido, hoje, mas tem um histórico muito violento, que demonstra a atualidade da luta das mulheres contra a violência, que é a típica violência que mata uma pessoa pela sua condição de gênero.

Esses dias, no *facebook*, havia uma frase muito feliz: O feminismo não mata, o machismo mata.

Esse é mais um crime que se escreve na tragédia em que vivem as mulheres. Particularmente, em Chapecó, temos esse recorde de gênero. Chapecó em especial tem-se tornado uma das cidades mais violentas do estado. A média em Chapecó é de cada três dias um assassinato, e todos de grande repercussão, todos eles de grande comoção, pela forma como acontece.

Temos convivido, por exemplo, aqui, em Florianópolis, com índices muito importantes de mortes violentas, mas ela tem outro perfil, em particular ligada ao narcotráfico. Essa violência que se vê espraiada, hoje, em Chapecó é uma violência que tem uma conotação de muito mais relação de personalidade, de muito mais relação que

envolve as questões ligadas a gênero em particular e em política, inclusive.

Ontem fizemos a filiação do Patrick Monteiro, um jovem que era assessor do nosso vereador Paulinho da Silva, e agora voltou, lá, em Chapecó, e que foi brutalmente, dia 18 de agosto do ano passado, espancado no seu local de trabalho. Teve um dedo amputado, cortes de facão em várias partes do corpo, a mão direita ficou muito debilitada, teve corte no rosto e somente conseguiu sobreviver porque num dado momento fingiu que já estava morto. Assim as duas pessoas que o atacaram foram embora.

Isso aconteceu no dia 19 de agosto do ano passado, e não temos nenhuma resposta para o que aconteceu com o Patrick. Eles chegaram ao escritório de advocacia em plena luz do dia, e ninguém viu nada, ninguém sabe quem foi.

O Patrick, ontem, num ato de coragem não só não abandonou a política como se filiou ao Partido Comunista do Brasil e voltou a ser assessor do nosso querido vereador Paulinho da Silva, lá em Chapecó.

De um lado, portanto, vejo com muita tristeza aquela cidade extraordinária que é Chapecó mergulhada, hoje, num cenário de grande violência. E tenho a convicção de que muitos agentes públicos que estimulam o ódio institucional são co-responsáveis por esse cenário. Fazem de plataforma de ódio a sua plataforma política. Isso emprenhou de tal forma na sociedade que hoje estamos vendo os resultados.

O que acontece em Chapecó merece atenção do estado todo de Santa Catarina.

O outro grande tema que hoje comentava com o nosso presidente Romildo Titon, que também é ligado ao povo que trabalha a nossa terra, é o cenário de estiagem do oeste catarinense, a tristeza que dá ver no oeste catarinense a condição que os agricultores vivem hoje, com a estiagem, obviamente, decorrente de uma condição climática, mas também decorrente de uma ausência de política pública. E quero crer, sr. presidente, que isso torna ainda mais atual a nossa CPI.

Agradeço, publicamente, a v.exa. pela determinação enérgica com que assumiu a Presidência e determinou, criou as condições para instalarmos a CPI das Águas, que tem a tarefa de investigar Palhoça, é verdade.

Queremos investigar o sistema que privatizou e municipalizou a água e o saneamento em Santa Catarina e em decorrência disso precarizou a Casan. E o resultado disso todos nós vimos. Pelo estado inteiro vimos situações graves de corte de fornecimento de água num momento, claro, de uma temperatura atípica, num momento também que conhecemos de grande afluxo de turistas ao estado. Mas sabemos que esse afluxo acontece. Portanto, precisamos de investimento na nossa capacidade de água e saneamento. E precisamos nos debruçar sobre esse tema.

Não tenho dúvida alguma que o grande patrimônio que a nossa geração precisa deixar é a água. Esse é o elemento mais essencial à vida. E hoje muito, muito vilipendiado.

Por isso, defendo que esse sistema precisa ser público, porque é estratégico do ponto de vista da vida, não só dos estados, da política de estado, mas na vida, que a água esteja sob o controle dos interesses coletivos do povo e não submetida à lógica do lucro.

Tenho a convicção de que a nossa CPI, durante o período de recesso parlamentar, teria mais uma enorme quantidade de material para examinar, que foi novamente os pronunciamentos do Poder Judiciário de Santa Catarina acerca do que aconteceu em Palhoça, que também despertou no estado a necessidade da discussão desse tema.

Nós queríamos ter discutido privatização e municipalização de água e saneamento em Santa Catarina, porque o que acontece em Palhoça não é restrito à Palhoça. Não só o cenário que é o mesmo, a empresa é a mesma, o método é o mesmo. E não é dito por nós, mas, sim, pelo Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina que o método é romper com a Casan que não pode interromper o serviço essencial, que é o fornecimento de água e esgoto. E aí se contrata sem licitação uma empresa

que curiosamente e coincidentemente em vários municípios do estado de Santa Catarina é a mesma que ainda hoje atua lá em Palhoça, e aí indefinidamente se renova um contrato sem licitação. Em Palhoça está há nove anos sobre isso.

Mas, mais do que isso, srs. deputados, quero destacar aqui dois municípios: Palhoça que já estou mencionando e Capivari de Baixo, vizinha da minha querida Tubarão. Quando na minha infância ia a Tubarão, pois meus pais são nascidos lá, Capivari de Baixo ainda era parte de Tubarão. E o município de Tubarão, hoje, fornece a água, por determinação judicial, a Capivari de Baixo. Compra água da Casan a mais de R\$ 1,00 e é obrigada por determinação judicial a vender por R\$ 0,43. Ou seja, o município de Tubarão paga a água de Capivari de Baixo, mas não é só isso. O prefeito de Capivari de Baixo, assim como o prefeito de Palhoça, o atual, porque temos que ver qual é o dia em que estamos para saber qual é o prefeito que está no comando da cidade, mas o prefeito que hoje comanda Palhoça admitiu publicamente, os dois, de Capivari de Baixo e de Palhoça, que toda arrecadação que é feita de água e saneamento nesses dois municípios vão para o caixa-geral do município e paga a folha de pagamento.

Portanto, quando dizemos que Florianópolis tem um potencial turístico, ora senhores, Florianópolis embora seja uma ilha é conectada de forma siamesa com os municípios da região. Palhoça não vai fazer esgoto, não vai fazer saneamento, não vai tratar a sua água, porque a arrecadação que faz vai para o cofre-geral da prefeitura e tapa buraco de arrecadação. Mas não podemos permitir que isso aconteça; não podemos permitir que os municípios rompam o contrato com a Casan e simplesmente contratem outras empresas de qualquer forma; não podemos permitir, e aí na verdade é eufemismo dizer que a lei já não permite, que o município arrecadar do serviço de água e saneamento coloque no seu caixa-geral para pagar folha, como admitem publicamente o prefeito de Palhoça e de Capivari de Baixo.

Na noite de hoje o município de Capivari de Baixo, através da sua Câmara de Vereadores, que foi muitíssima mais corajosa do que Palhoça, pois enquanto a Câmara de Vereadores de Palhoça silenciou-se sobre esse assunto, esse escândalo de água e saneamento, hoje o município de Capivari de Baixo vota na sua Câmara de Vereadores um pedido de CPI para discutir água e saneamento naquele município.

Torço para que os parlamentares municipais lá de Capivari de Baixo tenham o juízo de colocar sob seu exame essa que é uma questão estratégica para o desenvolvimento dos povos e da vida, que é a água e aqui em Santa Catarina também o saneamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Ao mesmo tempo saúdo os demais colegas deputados e deputadas.

Eu gostaria de registrar que julgo extremamente importante, por aquilo que representa dentro da sociedade brasileira, o 6º Congresso Nacional do Movimento Sem-Terra que está acontecendo entre os dias dez e 14 de fevereiro, em Brasília. É um encontro que tem como lema lutar e construir reforma agrária popular.

Esse novo enfoque vem sendo dado pelos integrantes do movimento social, do Movimento Sem Terra, de conseguir compreender e entender a reforma agrária numa concepção popular para dar respostas mais rápidas à sociedade como um todo.

Então, nesse sentido esse 6º Congresso Nacional que está acontecendo em Brasília reúne mais de 15 mil trabalhadores. Além desses mais de 15 mil integrantes, temos ainda a presença de 250 convidados especiais, que são convidados internacionais, que participam do 6º Congresso e ao mesmo tempo também da maior instância de decisões do Movimento Sem Terra.

Nesse sentido é que as atividades tiveram início nessa segunda-feira. Em torno de 1.500 militantes do movimento fizeram a abertura numa grande mística que, aliás, é o que dá vida, que energiza, a ação do Movimento Sem Terra por todo este nosso país afora, fazendo com que, parece-me, assim um momento extraordinário de convivência, de vivência, de atualizar a história e fazer com que as gerações presentes também possam assimilar a experiência que o movimento todo vem acumulando ao longo de toda a sua história.

Estão envolvidos 1.500 militantes do movimento, fazendo essa beleza de abertura, dando toda uma motivação especial para os militantes que lá estão frequentando e fazendo parte do 6º Congresso Nacional do Movimento Sem Terra.

Claro que o principal objetivo do Congresso Nacional do Movimento Sem Terra é de fato discutir e fazer um balanço crítico da atual situação do movimento, por onde o movimento está caminhando, por onde ele está construindo todo esse processo.

Então, é importante essa reflexão profunda, serena, exatamente para que a partir disso se possa tirar dali novas estratégias, novos encaminhamentos, no sentido de continuar as transformações sociais, importantes, fundamentais e necessárias para o nosso país, porque onde existe a distribuição da terra e políticas públicas que atendam à reforma agrária, que perpassam em todos os níveis, teremos sem dúvida nenhuma menos problemas sociais. E com certeza teremos mais dignidade e melhores condições de vida de toda a nossa população.

Portanto, esse momento de reflexão é muito oportuno e importante para se encaminhar dentro da nova concepção de reforma agrária, quero dizer a reforma agrária popular que se faz com organização, com debates, com discussões, com mobilizações, porque com consciência é que se faz acontecer de fato essa reforma agrária tão necessária, mas precisamos avançar ainda na questão referente à distribuição das terras.

Nós avançamos muito em outras políticas, como na questão que envolve a educação no campo, dentro

dos acampamentos, e várias políticas de crédito têm melhorado, aumentado e atendidas com maior eficiência às demandas internas dos nossos assentamentos. Também programas de habitação avançaram muito dentro dos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra.

Agora, é preciso que se avance na distribuição da terra, e quando tivermos avançado nesse sentido, não tenho dúvida nenhuma de que vamos diminuir as diferenças sociais, principalmente a pobreza que assola a nossa sociedade e inúmeras pessoas no país, porque da terra se produz os alimentos, se tem melhores condições de vida, portanto, a qualidade das pessoas será outra.

Por isso, deputado Sargento Amauri Soares, o 6º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra está sendo um sucesso na linha de repensar que isso é importante, porque a grandeza do movimento está exatamente em criar condições para se avaliar a caminhada e reconhecer que no processo somos limitados, não somos perfeitos e temos nossas limitações, reconhecer isto e projetar novas alternativas, novas estratégias para que possamos avançar como um todo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Padre Pedro Baldissera, quero parabenizar v.exa. como o deputado politicamente e organicamente mais vinculado à luta pela reforma agrária e pela produção da agricultura familiar no estado de Santa Catarina, sem querer desmerecer outros parlamentares que também, e inclusive da sua bancada, trabalham a questão da produção rural e da agricultura familiar.

A importância deste momento em que v.exa. está fazendo a saudação sobre o 6º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que queremos também saudar, é a necessidade de se refletir sobre a importância para a sociedade brasileira e qualquer sociedade do mundo em pensar

a possibilidade da soberania alimentar, de produzir de forma saudável o próprio alimento. As grandes propriedades no Brasil, os chamados latifúndios, estão cada vez mais mecanizados, modernizados, organizados e produzindo com grandes insumos de agrotóxicos para exportar. E a produção do alimento que vai à mesa do brasileiro é produzida em sua maioria pelos pequenos agricultores.

Então, se os governos, a sociedade, não pensar em manter essa cultura da produção de forma saudável do minifúndio, com certeza estaremos dando o passo para a destruição da soberania alimentar e da humanização das relações societárias nessa sociedade e neste Brasil imenso.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, e quero da mesma forma fazer o registro que v.exa. tem tido uma participação orgânica dentro do Movimento dos Sem-Terra e que existe grande reconhecimento por parte dos integrantes, assim como também de outros parlamentares como v.exa. já fez menção.

Mas v.exa. faz o registro da questão da produção de alimentos, e não tenho dúvida nenhuma que precisamos fomentar cada vez mais a produção de alimentos com qualidade, para que através desses alimentos tenhamos também mais dignidade como seres humanos, pois são alimentos que consumimos e que fazem parte da nossa vida.

Portanto, eu acho que esse 6º Congresso Nacional do Movimento dos Sem-Terra é um momento extraordinário para movimentar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera. Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.